

O CADERNO A DE ANTONIO GRAMSCI: A HEGEMONIA, A LINGUAGEM, A LITERATURA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO

Anita Helena Schlesener¹

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de analisar a relação entre hegemonia, linguagem e literatura a partir de Antonio Gramsci a respeito do Caderno A. Procuramos evidenciar as articulações da questão da literatura norte-americana com os temas da hegemonia e do americanismo e fordismo, de fundamental importância para compreender as relações políticas e culturais que sedimentam a tradução do Caderno A. No contexto das tendências literárias norte-americanas identificadas no fascículo da Revista alemã e sua relação com a cultura europeia evidencia o modo como se institui a disputa hegemônica em âmbito internacional. Enfim, salientamos a importância do processo educativo e sua dimensão política.

Palavras-chave: hegemonia, linguagem, literatura, educação, Antonio Gramsci.

Abstract: The aim of this paper is to analyze the relationship between hegemony, language and literature based on Antonio Gramsci's Notebook A. We seek to highlight the joints of the question of American literature with themes of hegemony, Americanism and Fordism, which are extremely important to understand the political and cultural relations that settle the translation of the Notebook A. In the context of the North American literary trends identified in the German magazine's fascicle and its relationship with European culture, it reveals the establishment of the international hegemonic struggle. Finally, we highlight the importance of the educational process and its political dimension.

Keywords: hegemony, language, literature, education, Antonio Gramsci.

Introdução:

Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador (GALEANO, 1997, p. 115)

O presente artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a obra de Antonio Gramsci e pretende fazer uma abordagem do Caderno A de Tradução, que foi publicado pela primeira vez em 2007, como parte da nova Edição crítica planejada para ser editada em 20 volumes.² Trata-se de um Caderno inédito, cuja importância se

¹ Professora de filosofia política e de estética da UFPR; atualmente docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UTP de Curitiba; Pós-doutorado em Educação na UNICAMP.

² A nova Edição crítica da obra completa de Antonio Gramsci está sendo preparada pela Fondazione Istituto Gramsci e publicada pelo Istituto della Enciclopedia Italiana, sendo que os primeiros dois

apresenta não apenas por ser um exercício de tradução (sabe-se a importância da linguagem e da tradutibilidade nos escritos de Gramsci), mas por abordar temas que se integram ao corpo dos 29 cadernos miscelâneos e temáticos. Os “Cadernos A, B, C e 9 compõe, com os Cadernos 1 e 2, o primeiro conjunto de material concedido a Gramsci pela direção do cárcere em fevereiro de 1929”. O Caderno 7 e o D, e os Cadernos 3 e 4, fazem parte de um segundo grupo provavelmente recebido em maio de 1930 (FRANCIONI, 2007, v. 2, p. 847).³

O Caderno A foi dividido por Gramsci em duas partes: na primeira temos a tradução do alemão do número da Revista “Die Literarische Welt”,⁴ de 14/10/1927, publicação especial que apresenta 17 artigos e trechos literários numerados de I a XVII sobre a Literatura norte-americana, seguidos de mais quatro notas com anotações bibliográficas. Conforme Baratta (2000), trata-se de um fascículo rico e bem documentado sobre as tendências literárias, artísticas e político-culturais na América do Norte, que pode ter sugerido a Gramsci elementos de reflexão sobre o americanismo.

Gramsci acrescenta ainda quatro traduções de artigos sobre Emile Zola, publicados no número precedente (30/09/1927) da mesma Revista, dedicado ao grande expoente do naturalismo francês. A segunda parte do Caderno A traz a tradução das Fábulas dos Irmãos Grimm (completadas no Caderno B),⁵ cujo interesse pode ter sido despertado tanto pelo caráter elementar da linguagem das fábulas, quanto pela relação destas com a literatura popular (COSPITO, 2007).

Cotejado com fragmentos do Caderno 1 percebemos que a escolha dos textos a traduzir vincula-se a interesses de pesquisa explicitados num primeiro planejamento dos estudos carcerários, no qual são elencados os temas relevantes para a futura pesquisa, como o americanismo-fordismo, a literatura popular, a cultura e a formação das elites, as relações de força que constroem as relações de hegemonia. Conforme Giorgio Baratta (2000, p. 185-6), a “atenção de Gramsci ao americanismo data de

volumes trazem os quatro cadernos de Tradução. As traduções de Gramsci se encontram em quatro Cadernos identificados como: A, B, C e D e em parte dos cadernos 7 (a) e 9 (a).

³ A partir destas informações de Francioni entendemos que o Caderno A e o Caderno 1 foram escritos contemporaneamente, de modo que algumas breves reflexões do Caderno 1 nos reportam ao tema da tradução do Caderno A, mostrando que a escolha de traduzir esta revista não foi arbitrária.

⁴ Revista semanal, fundada em Berlim em 1925 por Willy Haas e editada até 1933.

⁵ A tradução das fábulas foi publicada pela primeira vez em 1987, em Edição lançada por ocasião dos 50 anos da morte de Gramsci. Conforme uma carta 18 de janeiro de 1932 endereçada à irmã Teresina, a tradução destinava-se aos sobrinhos, aos quais Gramsci pretendia enviar o texto.

| | | | | |
|--------------------------|-------|------|-----------------------|-----------|
| <i>Revista Dialectus</i> | Ano 3 | n. 8 | Janeiro - Agosto 2016 | p. 95-115 |
|--------------------------|-------|------|-----------------------|-----------|

L'Ordine Nuovo”, da época em que participou da organização do movimento operário turinês, que “culminou no ‘biênio vermelho’ 1919-1920” e depois, nos Cadernos do Cárcere, “as reflexões sobre ‘americanismo e fordismo’ atravessam o percurso intelectual inteiro de Gramsci no cárcere”.

Os organizadores da nova Edição dos Cadernos acentuam que não se trata de um simples exercício de tradução, mas se pode identificar uma articulação entre os argumentos dos textos escolhidos e o trabalho teórico; as traduções, em alguns casos, parecem “retomar determinados interesses do período de juventude ou precedente ao encarceramento e, em outros, parecem a antecipação de futuros aprofundamentos nos apontamentos teóricos” (COSPITO, 2007, p. 15).

Entre os assuntos que Gramsci relacionou na abertura do Caderno 1 como temas relevantes de pesquisa encontramos em quarto lugar a literatura popular, em nono, a questão meridional e a hegemonia e, em decimo primeiro, americanismo e fordismo, seguidos da questão da língua, da filosofia e da gramática. Em nossa leitura procuramos evidenciar as articulações da questão da literatura norte-americana com os temas da hegemonia e do americanismo e fordismo. Para tanto, iniciamos com a abordagem desses temas no Caderno 1 para, então, articulá-los com a tradução da Revista alemã.

1. Notas sobre a questão da hegemonia:

A hegemonia sem hegemonia, caso típico de revolução passiva, necessita e requer um discurso que neutralize a voz, o projeto dos antagonistas. (DIAS, 2012, p. 117).

A noção de hegemonia começa a ser elaborada já em 1920, no artigo *Operários e Camponeses* e aprofundada em *Alguns Temas da Questão Meridional*, ensaio escrito em 1926 e inacabado. Partindo da análise da ação dos intelectuais italianos na vida nacional, Gramsci aborda a questão da manutenção do latifúndio na Itália a partir da organização do Estado e da estrutura capitalista de produção e a necessidade de enfrentar a questão agrária no contexto da aliança operário-camponesa para consolidar a ação revolucionária do proletariado.

Já neste momento Gramsci abordava a questão vinculando os problemas sociais, políticos e culturais a fim de formar uma nova concepção de mundo e

enfrentar a ideologia positivista difusa entre os trabalhadores setentrionais, que discriminava os habitantes do Sul como naturalmente inferiores, incapazes, atrasados, ideologia que o Partido Socialista contribuiu em formar (GRAMSCI, 1978b).

Da lista de propósitos de pesquisa que abre o Caderno 1 os primeiros sete itens referem-se indiretamente à noção de hegemonia, como os temas sobre a literatura popular e o folclore, assim como a interpretação da Divina Comédia, de Dante, que nos remetem à questão dos intelectuais. As reflexões de Gramsci sobre a literatura de seu tempo precisam ser examinadas na sua relação com sua teoria política, na qual a questão da cultura assume importância a partir da necessidade de enfrentar o dominador no seu terreno, ou seja, no campo da ideologia.

A noção de hegemonia recebe significados diversos a partir da correlação de forças entre as classes antagônicas: referindo-se ao processo de revolução burguesa, Gramsci acentua que “a supremacia de um grupo social se manifesta como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’”. No movimento de construção da hegemonia um “grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados” (GRAMSCI, 1978, p. 2010). Esta afirmação explicita o modo como se organizam as forças sociais em disputa no âmbito da política moderna e alerta para a importância da direção intelectual e moral que consolida o consenso, de modo que os grupos subalternos que pretendem a hegemonia precisam conhecer as classes sociais em presença, assim como a natureza do Estado moderno, a fim de organizarem-se na luta pela hegemonia.

A definição de hegemonia enquanto dominação política e direção cultural ou como exercício do poder pela coerção e pela formação de um consenso passivo demonstra a importância da ideologia nas relações de poder e reforça a necessidade, para as classes trabalhadoras, de formar uma concepção de mundo autônoma, de dominar as formas de argumentação, de apropriar-se do conhecimento historicamente produzido, de elaborar a sua cultura popular (enquanto universal), a fim de lutar por novas relações de hegemonia.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista as relações de hegemonia assumem novas dimensões que Gramsci já anunciava no escrito de 1926 sobre a questão meridional: dizia já naquele ensaio que os países de capitalismo avançado as reservas políticas e organizativas das classes dominantes são mais amplas

que aquelas da Rússia por ocasião da revolução (GRAMSCI, 1978b). Esta força política tem uma dimensão ideológica importante, na formação do consenso a partir da formação de um modo de pensar homogêneo.

Em outros termos, a hegemonia se consolida e se fortalece na medida em que as classes dominantes conseguem o consenso da maioria da população em torno de seus projetos, o que evidencia a importância da formação cultural e ideológica; mas a história das classes dirigentes também demonstra, nas suas obscuridades, que “a história dos Estados subalternos se explica com a história dos Estados hegemônicos”, ou seja, torna-se necessário, para esclarecer o contexto global, entender as relações de forças entre os Estados. Tomando como exemplo a queda do Império Romano, Gramsci acentua a importância de reconhecer que, naquele momento, “as forças decisivas da história mundial não estavam com o Império”, mas com os invasores, os quais se apresentam como um enigma, porque de sua história não existem documentos. E no modo como a história em geral apresenta a queda do Império Romano “estão em jogo elementos ideológicos nada desprezíveis” (GRAMSCI, 1978, p. 1759).

Neste contexto e considerando o projeto de pesquisa do Caderno 1, a análise dos cadernos de tradução implica a compreensão da obra inteira, relacionando os temas a partir de uma ou mais chaves de leitura. Da perspectiva das relações de hegemonia o tema americanismo e fordismo, que aparece na lista de Gramsci em 11º lugar, é de fundamental importância para compreender as relações políticas e culturais que sedimentam a tradução do Caderno A. A abordagem gramsciana da literatura norte-americana na tradução da Revista alemã é de profunda relevância para a compreensão das relações de força tanto nacionais quanto internacionais no embate hegemônico entre Estados Unidos e Europa; a articulação entre econômico, político e ideológico na luta de classes permite encaminhar a questão da educação dos grupos subalternos, educação que tem como objetivo elaborar uma cultura popular emancipadora e criar as condições de formação de um pensamento autônomo necessário para o enfrentamento político.

Um dos primeiros elos que encontramos entre os Cadernos A e 1 está no parágrafo 34, onde Gramsci se interroga sobre a filosofia norte-americana: “pode-se dizer do pragmatismo americano (James), aquilo que Engels disse do agnosticismo inglês?” (GRAMSCI, 1978, p. 26); e no parágrafo 105 a questão reaparece na

observação sobre a ausência da filosofia de Hegel na formação do pensamento norte-americano: “Pode o pensamento moderno difundir-se na América superando o empirismo-pragmatismo sem uma fase hegeliana?” (GRAMSCI, 1978, p. 97). Se substituirmos “pensamento moderno” por “marxismo”, a pergunta poderia ser assim formulada: pode o marxismo difundir-se na América do Norte superando o pragmatismo mesmo sem uma base hegeliana? A questão de fundo se explicita em outros pequenos parágrafos que evidenciam a articulação entre a estrutura econômica, social, política e cultural capitalista e as relações de forças que constroem a hegemonia na difusão do modo de vida norte-americano na Europa. Se, de um lado, Gramsci se pergunta sobre a possibilidade da entrada do marxismo na América do Norte, por outro se questiona se o americanismo pode difundir-se na Europa apesar de todos os entulhos deixados pela tradição cultural europeia.

Esta questão se insere no debate atual sobre a contribuição de Gramsci para a explicitação das relações internacionais. Conforme Morton (2007, p. 46), ainda cabe demonstrar a “relevância de Gramsci para a teorização da relação entre o sistema de Estados e o capitalismo”, no que tange a definir “uma teoria não-reducionista do sistema geopolítico”. Conforme este autor, “é o conceito gramsciano de revolução passiva como uma expressão da direção política do capital”, a partir de sua leitura do Americanismo e fordismo, que permite entender “o sistema de Estados e a sua relação com a modernidade capitalista”.

O conceito “revolução passiva” se explicita no curso das análises de Gramsci das lutas de classes recorrentes na história da Europa nos movimentos de formação dos Estados nacionais. Já no Caderno 1, parágrafo 151, Gramsci aborda a relação entre o Estado moderno francês e os demais Estados europeus iniciando a reflexão sobre a revolução passiva, texto retomado e ampliado no Caderno 10, II, parágrafo 61: na correlação de forças entre a França revolucionária e os demais Estados europeus, na medida em que as classes trabalhadoras se organizam e adquirem unidade e força política, tem-se uma mudança de atitude das burguesias nacionais, que atuam a partir de alianças com as classes conservadoras de modo a organizar a nova estrutura política de cima para baixo: os “Estados europeus nascem por pequenas e sucessivas ondas reformistas e não por explosões revolucionárias como aquela francesa originária”. As “ondas sucessivas” se constituem por “uma combinação de lutas sociais, de intervenções pelo alto de tipo monarquia iluminada e

de guerras nacionais”. Neste movimento, as “restaurações tornam-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros bastante elásticos que permitem à burguesia alcançar o poder sem rupturas clamorosas” (GRAMSCI, 1978, p. 134 e p. 1358).

No curso das alianças e arranjos políticos para evitar enfrentamentos violentos, as antigas classes feudais deixam de ser dominantes, mas não são eliminadas, tornando-se “governativas”; de “classes, tornam-se ‘castas’, com determinadas características culturais e psicológicas, mas sem funções econômicas predominantes” (GRAMSCI, 1978, p. 134 e p. 1358). Ou seja, trata-se de um mecanismo de construção da hegemonia ou de ascensão ao poder por meio de arranjos políticos e reformas efetuadas pelo alto, garantindo uma transição mais ou menos pacífica. Aos poucos, a partir de alianças entre grupos sociais, muda o cenário político:

Sob um determinado invólucro político modificam-se necessariamente as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem influenciando indiretamente, com pressão lenta, porém incoercível, sobre as forças oficiais, que se modificam a si próprias sem se darem conta disso, ou quase (GRAMSCI, 1978, p. 1818-19).

100

Os pressupostos para que este processo se instalasse e se desenvolvesse no continente europeu foram o medo gerado tanto pelos encaminhamentos do processo revolucionário francês quanto pela ascensão do movimento operário; por outro lado, o fracasso das revoluções de 1848 impossibilitou a unificação e a expansão dos movimentos populares gerando, na correlação de forças, a oportunidade para a consolidação de movimentos reformistas.

Gramsci mostra ainda como este processo de contraposição entre, por um lado, a Revolução francesa e seus desdobramentos até a ascensão de Napoleão e, por outro, as transições pacíficas e graduais para a construção da hegemonia burguesa, serve para explicitar a correlação de forças entre os grandes e os pequenos Estados. Gramsci acentua que “conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são incindíveis” e que, “na realidade, somente nesta coincidência reside a unidade da classe dominante” visto que econômico e político são interdependentes, mas trata-se de explicitar o “complexo problema das relações de forças internas de dado país, das

relações de forças internacionais, da posição geopolítica de dado país” (GRAMSCI, 1978, p. 1360).

Na realidade, o impulso para a renovação revolucionária pode se originar das necessidades urgentes de um dado país, em determinadas circunstâncias e, havendo uma explosão revolucionária, expandir-se internacionalmente; mas o impulso para a renovação pode ainda ocorrer pela combinação de forças progressivas escassas e insuficientes em si (...) com uma situação internacional favorável para a sua expansão e vitória (GRAMSCI, 1978, p. 1360).

Na leitura de Morton (2007, p. 47), esta seria uma das situações em que Gramsci explicita o desenvolvimento histórico desigual do capitalismo, retomando a teoria de Trotski sobre o desenvolvimento desigual e combinado e reinterpretando este desenvolvimento a partir do conceito de revolução passiva.

A esta definição podemos agregar outra, que esclarece os mecanismos pelos quais, no processo reformista e consolidado pelo alto, as classes subalternas são assimiladas tanto no ato de cooptar seus dirigentes quanto pela formação de um modo de pensar homogêneo, por meio do que Gramsci denomina direção política e moral. Este é o caso do Americanismo e Fordismo, como explicitaremos a seguir. Nas lutas de classes na Itália, o reformismo teve uma função relevante nos sucessivos fracassos das tentativas das classes populares em criar uma “vontade coletiva nacional popular”, o que se deveu, em grande medida, à “existência de determinados grupos sociais” que se formaram a partir da “dissolução da burguesia comunal”, além dos “grupos que refletem a função internacional da Itália como sede da Igreja”, etc. Toda a história italiana desde 1815 “mostra o esforço das classes tradicionais em impedir a formação de uma vontade coletiva” nacional popular a fim de “manter o poder ‘econômico-corporativo’ em um sistema internacional de equilíbrio passivo” (GRAMSCI, 1978, p. 1559-60).

Nesta senda, a questão do americanismo é de fundamental importância para se compreender as estratégias de revolução passiva para a implementação de reformas no modo de produção. O fordismo, como mudança no modo de produção articulada ao americanismo como modo de vida, não superou a fase econômico-corporativa, de modo que todo o processo político sofreu uma ação redutora determinista, fator que impediu a formação de uma vontade coletiva, ou seja, que a classe trabalhadora, os grupos “que estão criando, por imposição e por seu próprio sofrimento, as bases

materiais dessa nova ordem”, criassem um modo de vida original e autônomo, “para fazer se tornar ‘liberdade’ o que hoje é ‘necessidade’” (GRAMSCI, 1978, p. 2179).

A partir das condições históricas do início do século XX, Gramsci acentua que somente as classes trabalhadoras, por meio de suas organizações políticas e culturais, podem romper com o círculo vicioso que prende a sociedade a uma fase econômico-corporativa, visto que criam as bases materiais de uma nova ordem social e política. As mudanças no modo de produção geram transformações no modo de pensar e de viver da sociedade e abrem novas dimensões da luta de classes, que se estende para as expressões culturais. “Uma classe se forma sobre a base de sua função no mundo produtivo: o desenvolvimento e a luta pelo poder e pela conservação do poder criam as superestruturas”, estas, por sua vez, “determinam a formação de uma ‘estrutura material especial’ para a sua difusão” (GRAMSCI, 1978, p. 433), ou seja, estrutura e superestrutura produzem-se num movimento relacional e dialético.

No curso deste movimento, as contradições aparecem e as relações de força se alteram gerando as condições de subversão da praxis identificada por Gramsci na luta de classes e na organização política dos subalternos: “a contradição econômica torna-se contradição política e se resolve politicamente por uma subversão da praxis” (Q. 10, p. 1279). Para Mordenti (2007, p. 176) este é o conceito que Gramsci certamente utiliza” no lugar de “revolução”, uma palavra que não aparece nos cadernos por motivo de censura carcerária.

2. Notas sobre americanismo e fordismo:

Gramsci intuiu aquilo que, parafraseando Marx no capítulo VI (inédito) de *O Capital*, poderíamos definir como “subsunção real” da sociedade ao capital (FINELLI, 2003, p. 100).

As anotações sobre americanismo e fordismo do Caderno 1, retomadas e ampliadas no Caderno 22, explicitam as relações de hegemonia enquanto revolução passiva no contexto do capitalismo norte-americano, com possibilidades de expansão em âmbito internacional. No primeiro parágrafo do Caderno 22 Gramsci acentua que a “substituição do velho individualismo econômico pela economia programática encontra várias formas de resistência” a partir das forças em presença, cujos interesses estão sendo ameaçados. Entre estes problemas, salienta: a) a implementação de “um

novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro fundado imediatamente sobre a produção industrial”; b) a necessidade de saber se o americanismo pode constituir uma época histórica e expandir-se como revolução passiva; c) quais as relações internas e externas que influenciam os seus desdobramentos; d) quais instrumentos jurídicos são necessários mobilizar para o desenvolvimento do aparelho produtivo e, enfim, e) a difusão da psicanálise como expressão das necessidades postas pela “coerção moral advinda do aparato estatal e social sobre os indivíduos singulares” (GRAMSCI, 1978, p. 2140).

Gramsci toma este elenco de problemas como pontos a refletir e a aprofundar, tanto na sua origem norte-americana quanto nas tentativas de sua introdução na Europa. Em linhas gerais, o americanismo é a expressão ideológica do modo de produção fordista que, a partir da racionalização do trabalho, exige a racionalização do comportamento da população. Tem como base uma condição preliminar, que é a concepção de mundo na forma do pragmatismo, que sedimenta a composição demográfica e lhe garante a racionalização. Esta implica que todos, direta ou indiretamente, estejam envolvidos no processo, ou seja, que “não existam classes numerosas sem uma função no mundo da produção”, que não existam classes parasitárias (GRAMSCI, 1978, p.70).

Da perspectiva da correlação de forças, Gramsci se pergunta da possibilidade de a Europa adotar o mesmo sistema econômico; no Caderno 22, parágrafo 15, no qual Gramsci transcreve e amplia o tema do americanismo, na nova redação ele acentua que o problema não está em “saber se na América do Norte existe ou não uma nova civilização e uma nova cultura”, que invade a Europa; o problema é se os Estados Unidos, com a força de sua economia, “obrigará ou está obrigando a Europa a transformar radicalmente a sua estrutura econômico-social antiquada” (GRAMSCI, 1978, p. 2178). Para que os mesmos parâmetros de racionalização da economia sejam adotados, a Europa precisaria modificar toda a estrutura econômica e social, redefinindo a função “da administração estatal, do clero e dos intelectuais”, efetuando uma reforma agrária, alterando o comércio e implementando a nova indústria. Estes elementos, “quanto mais antiga é a história de um país, tanto mais deixam sedimentações de pessoas indolentes”, que vivem de pensões ou heranças (GRAMSCI, 1978, p. 70). De todo modo, “se houver uma transformação das bases

materiais da civilização europeia”, certamente ocorrerá uma mudança da forma de modo de vida existente (GRAMSCI, 1978, p. 2179).

O que se esclarece nas reflexões de Gramsci é que a hegemonia americana se constrói na articulação entre fordismo e americanismo aliando o processo produtivo à formação de um novo costume que redefine relações familiares, educacionais e de gênero; que esta hegemonia mantém os trabalhadores no nível do econômico-corporativo evitando a formação de uma vontade coletiva, embora gere as condições econômicas para a construção de uma nova ordem social e política (ou seja, Gramsci evidencia as contradições implícitas nestas mudanças); que, enquanto revolução passiva atua, pela mediação do Estado, por reformas que conservam o status quo formando um consenso que se expande internacionalmente.

Conforme Finelli (2003, p. 99), Gramsci conseguiu ver, para além das interpretações da Internacional Comunista no momento de pós crise de 29, a estrutura essencial do capitalismo norte-americano como “nova etapa, que não só era plena de futuro, mas representava um progresso na história do capitalismo”. A característica fundamental desta nova forma de produção, com inovações tecnológicas e organizativas, estava no modo como a “estrutura (a fábrica) tendia a atuar como fator organizativo de toda a vida social, pondo-se como centro gerador” tanto da produção material quanto da produção ideológica, ou seja, da educação geral pela formação do senso comum.

A articulação entre a racionalização do processo produtivo e a formação de um modo de pensar e viver homogêneos tornam-se fundamentais para a “*conversão do capital em totalidade*”, ou seja, a produção de mercadorias se articula com a produção de classes sociais integradas ao processo produtivo e com a “produção de formas de consciência moral enquanto princípios de uma visão de mundo”. Esta estrutura se apresenta hoje como a “substância do ‘pós-moderno’” (FINELLI, 2003, p. 101 – grifo do autor)

A característica do americanismo é ser uma filosofia da ação, ou seja, um modo de pensar que se concretiza em uma prática que este pensamento envolve e transforma. A consolidação e permanência deste quadro traduzido em modo de vida tem uma articulação com a arte (teatro, cinema, etc.) e com a literatura, que temos como objeto a partir da tradução da primeira parte do Caderno A. A dedicação de Gramsci a conhecer e explicitar a literatura se deve precisamente ao reconhecimento

de sua importância política e da necessidade de apropriar-se da cultura historicamente produzida ou de reconhecer as fragilidades históricas das lutas dos trabalhadores precisamente por não fazerem o inventário de suas próprias derrotas da perspectiva da luta de classes.

Como acentua Dias (2012, p. 85), o risco de pensar a partir dos padrões de conhecimento postos pela classe dominante é o de também agir dentro destes limites. A mutação do significado dos conceitos marxistas revolucionários “para o amplo dicionário reacionário da política dos organismos internacionais (entre outros)”, como acontece com alguns conceitos gramscianos, é um erro teórico que se transforma, no contexto da luta de classes, em “capitulação ideológica” que, na ação, se apresenta como adesão a reformas e revolução passiva. Daí a importância da linguagem, do domínio dos códigos de leitura e da literatura no contexto do pensamento de Gramsci.

A valorização da dimensão simbólica e cultural desvinculada da política a partir das teorias pós-modernas, no momento em que a sociedade se afirma cada vez mais no movimento de produção e consumo globalizados nada tem de ocasional, mas apresenta-se como expressão de um processo de ampliação inusitada do fetichismo da mercadoria, para além da sua materialidade, nas formas ideológicas e educativas que permeiam o senso comum. A linguagem, na sua dimensão metafórica, no contexto de uma sociedade que tem na desigualdade social e na exploração da força de trabalho o seu principal alimento, torna-se um instrumento sofisticado de exercício do poder. Gramsci relaciona a linguagem com a cultura e a filosofia, acentuando a sua dimensão política. Como recorda Pasolini, a experiência da vida ou as diversas formas de ação se expressam em atos linguísticos que evidenciam a sua dimensão política:

As modificações das estruturas sociais, com as suas consequências culturais, etc., são a linguagem com a qual se expressam os revolucionários. Lenin, de certo modo, deixou escrito um grande poema de ação (PASOLINI, 1995, p. 200).

Essa a perspectiva que orienta a nossa abordagem do Caderno A, concentrando-nos não sobre os problemas de tradução que os organizadores dos Cadernos assinalam, mas sim sobre alguns conceitos que emergem dos artigos da revista e das possibilidades de relação entre a literatura norte-americana e as tendências literárias europeias, especificamente a francesa, a fim de salientar o significado político da literatura, assim como de toda a arte, no contexto do pensamento de Gramsci.

| | | | | |
|--------------------------|-------|------|-----------------------|-----------|
| <i>Revista Dialectus</i> | Ano 3 | n. 8 | Janeiro - Agosto 2016 | p. 95-115 |
|--------------------------|-------|------|-----------------------|-----------|

3. Abordagem sucinta da primeira parte do Caderno A:

A crítica só tem sentido prático e só possui eficácia ao se traduzir em atividade prática (LABICA, 1990, p. 51).

Cabe explicitar a relação entre hegemonia e cultura nas possibilidades de análise que se abrem na senda dos escritos de Gramsci, nas várias abordagens da literatura e no reconhecimento de sua importância política. Retomando Eduardo Galeano (1997, p. 115) na famosa expressão: “Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador”, recordamos o empenho de Gramsci em mostrar a necessidade de uma história das classes subalternas, com o objetivo de reconhecer as fragilidades históricas das lutas dos trabalhadores e fazer o inventário de suas próprias derrotas da perspectiva da luta de classes.

A literatura, na sua dimensão política, expressa o modo de viver de uma época e orienta a sua transformação. No contexto das tendências literárias norte-americanas identificadas no fascículo da Revista alemã e sua relação com a cultura europeia evidencia as relações de força que caracterizam a luta pela hegemonia em âmbito internacional. Desta perspectiva, o movimento de absorção do naturalismo pelos intelectuais norte-americanos a partir da noção de “realismo”, possível na leitura de Emile Zola, mostra os caminhos que se abrem para a superação do pragmatismo ou para a sua mudança parcial (podemos dizer, “reformista”).

No primeiro artigo, de Hermann. G. Scheffauer, intitulado *O naturalismo americano*, o autor faz um apanhado das produções literárias que mudaram o romance americano num período de 40 anos, do final do séc. XIX e início do séc. XX, mostrando como os escritores norte-americanos mudaram a sua perspectiva de leitura da realidade, abordando-a como “verdade crua, como fenômeno brutal, premissas do naturalismo norte-americano”. Um exemplo citado é o jovem poeta californiano, Frank Norris que, na “vida livre e plena de sol da Califórnia, viu o violento, o dramático, o humano, aquilo que até então era revestido de um sopro mágico de idealismo e de sentimentalismo”, ou seja, vislumbra na vida norte-americana os conflitos de classe (GRAMSCI, 2007, v. 1, p. 43-4).

Outro escritor citado no artigo foi Teodor Dreiser, reconhecido como “o chefe e o profeta do realismo na América do Norte”. O seu principal trabalho na senda do realismo foi *Uma tragédia americana*, com “sucesso popular verdadeiramente sensacional” por ser “um livro no qual a América se via exatamente refletida – via o seu semblante no espelho mais claramente que em todos os jornais”. O sucesso popular corresponde ao modo como a literatura consegue compreender e expressar o real, ou seja, antes que um povo desperte, “antes que tenha encontrado a si próprio e formado um juízo sobre si próprio, uma verdadeira literatura é impossível” (GRAMSCI, 2007, v. 1, p. 45).

Conforme Scheffauer, para que esse realismo pudesse ser assimilado na América do Norte foi preciso viver a Primeira Guerra Mundial, com “seu temendo realismo, com suas desilusões, antes que os norte-americanos” descobrissem o “vulto do próprio povo” à sombra a guerra, sem romantismo ou sentimentalismo. Este foi o terreno propício para a entrada do naturalismo (GRAMSCI, 2007, v. 1, p. 45).

Desse despertar “surgiu um novo grupo de escritores, entre eles Sinclair Lewis, Sherwood Anderson, Edgar Lee Masters, Floyd Dell, Joseph Hergesheimer e Willa Cather”. Sinclair Lewis publicou *A Estrada Principal*, livro no qual “ousou duvidar da perfeição dos homens e da natureza americana”, numa sociedade que não suportava críticas, nem internas, nem externas. Porém algo havia mudado, tanto que “toda a América, especialmente a província, se reconheceu” neste livro e aceitou as “ironias feitas à sua concepção de mundo ou à falta de uma concepção de mundo”. Este naturalismo “mostrava uma existência sem conteúdo, deserta, triste, ordenada de modo superficial e mecânico, sem valorizar o pensamento, a beleza e a arte”. Lewis abordou os problemas sociais e desvelou para o indivíduo norte-americano os limites e fragilidades de sua existência (GRAMSCI, 2007, v. 1, p. 46).

Na resenha de outros trabalhos de Sinclair Lewis, assim como de outros escritores pioneiros do naturalismo norte-americano, como Edgar Lee Masters e Sherwood Anderson, Scheffauer acentua a aproximação da literatura norte-americana com a cultura europeia na senda do naturalismo de Zola, do pessimismo de Schopenhauer e do trágico de Dostoievski, num contato forjado pela primeira guerra mundial e que possibilitou a absorção de novos valores, inserindo a literatura norte-americana no contexto da literatura mundial (GRAMSCI, 2007, v. 1, p. 47).

A este apanhado geral de 40 anos de história da literatura norte-americana segue-se a complementação da análise em: *Palavras introdutórias de H.L. Mencken - Uma proposta do ilustre crítico americano para a "Literarische Welt"*. Este artigo acentua que, após uma efervescência inicial, o movimento naturalista de renovação da literatura entra em decadência, tanto nas obras da geração inovadora quanto nos seus seguidores da nova geração. Acentua que o comércio literário abre as portas para autores alemães como Thomas Mann, Spengler e outros filósofos, que encontram muitos leitores entre a juventude. Por outro lado, o que se escreve de bom na América do Norte não tem a mesma recepção na Alemanha. O artigo sugere um intercâmbio entre estes dois países, com possibilidades de sucesso entre o público de leitores da moderna literatura (GRAMSCI, 2007, v. 1, p. 49).

A revista se completa com algumas resenhas de autores da fase naturalista e de trabalhos de escritores norte-americanos traduzidos na Alemanha, além de anúncios editoriais. A esse conjunto, Gramsci anexa a tradução de alguns artigos sobre Emile Zola do número precedente da Revista: dois artigos biográficos, uma carta inédita do de Emile Zola a propósito de "Germinal", na qual o autor responde a uma crítica publicada no jornal "Slovo" de Petrogrado e explicita o processo de produção dessa obra literária e, por último, um texto sobre uma visita de Peguy a Zola em 1898.

Cotejando esta parte do Caderno A com fragmentos do Caderno 1 pode-se inferir que o tema do naturalismo na literatura norte-americana e sua possibilidade de superar o pragmatismo relaciona-se com o americanismo enquanto formação de um modo de pensar e de um comportamento condizentes com a implementação das mudanças no modo de produção, visto que as tendências literárias e artísticas expressam um modo de pensar e de viver que consolida relações de hegemonia. Os escritores norte-americanos que leram Zola e o assimilaram, conseguiram identificar os conflitos e desigualdades sociais expressando-os de forma literária, mas não conseguiram superar completamente os limites do pragmatismo. Esta filosofia dá uma consistência ao americanismo enquanto "é uma filosofia que se afirma na ação", embora se restrinja mais aos imediatamente dado. Esta característica define ainda a diferença entre a cultura norte-americana e a europeia, na quais as filosofias se dedicam apenas a modificar o "vocabulário e não as coisas" (GRAMSCI, 1978, p.91).

O americanismo "requer um ambiente dado, uma data estrutura social (ou a vontade de criá-la) e um certo tipo de Estado". Trata-se de uma mudança na estrutura

econômica que supõe uma certa concepção política, identificada por Gramsci no liberalismo garantido pelo Estado, ou seja, uma estrutura política que defenda a livre iniciativa e garanta o individualismo econômico por meio de uma estrutura jurídica e legal, fatores que são frágeis na Europa (GRAMSCI, 1978, p. 2157). O americanismo, por meio da religião, da ética e da cultura em geral forma uma concepção de mundo que se traduz em modo de vida condizente com o modo de produção, enquanto a cultura europeia, abstrata e distante do povo, consolida relações sociais arcaicas que dificultam o desenvolvimento de um capitalismo nos moldes do fordismo-americanismo.

4. Hegemonia, linguagem e educação:

Tornar-nos iniciadores de uma nova história, de um novo costume, de uma nova linguagem (GRAMSCI, 1975).

A leitura da tradução da primeira parte do Caderno A nos instiga a pensar sobre a relação entre hegemonia e educação a partir do pressuposto que a educação se faz no curso da vida, formando nossa sociabilidade e nosso modo de pensar. Esta relação fica evidente nas reflexões sobre o americanismo, conforme alguns parágrafos do Caderno 22. A literatura norte americana, inspirada pelo naturalismo, atinge o gosto do público porque expressa questões emergentes a partir do contexto histórico, evidenciando novas leituras do real.

Desta perspectiva, americanismo e fordismo, enquanto alterações no modo de produção acompanhadas de mudanças na formação do comportamento e do modo de vida, esclarecem a noção de hegemonia enquanto dominação econômica e política mesclada com direção cultural ou, de outro modo, exercício do poder pela combinação de coerção e formação do consenso passivo. Conforme Gramsci (1978, p. 2164-5), a racionalização do trabalho e o proibicionismo se relacionam; o controle “da vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários, são necessidades do novo método de trabalho” e não apenas manifestação de “puritanismo”. O americanismo se apresenta como “o maior esforço coletivo” para criar com rapidez e consciência dos fins “um novo tipo de trabalhador e de homem”.

Ou seja, Gramsci acentua, na articulação entre americanismo e fordismo, a relação intrínseca entre economia, política e educação (na forma de filosofia do senso comum). As novas dimensões da ideologia neste movimento de consolidação da hegemonia se explicitam no modo como interagem as culturas norte-americana e europeia, na disputa hegemônica entre classes dominantes com tradições diversas num contexto de ampliação do capitalismo, como se evidencia no Caderno 1.

Para as classes subalternas fica a questão de situar-se neste embate e criar as possibilidades de caminhos alternativos de sua formação, os quais passam pelas suas condições de organização política num contexto no qual a luta de classes assume uma dimensão ideológica inusitada. Cabe aproveitar a formação fornecida pelo Estado via educação formal porque por meio dela se tem acesso aos mecanismos de formação inicial e aos códigos de leitura da realidade, completando esta formação com formas alternativas de educação nascidas de sua organização e resistência política.

A defesa de políticas públicas que viabilizem o domínio de códigos importantes para pensar corretamente, faz parte da luta política, sempre tendo em conta os limites de uma instituição que, no contexto das relações de hegemonia, tem a função de adaptar aos objetivos do modo de produção e de dominação capitalista. As formas alternativas de educação nascidas dos movimentos sociais são essenciais para criar um novo projeto social e político; para tanto, faz-se necessário romper com o modo de pensar próprio do senso comum e entender que, para criar uma nova história, é importante criar também um novo costume e uma nova linguagem.

Entende-se por linguagem não apenas a oralidade ou a escrita, mas todas as formas de expressão que resultam de um modo de ser e de viver na sociedade: a imagem, a música, a poesia, o teatro, o cinema, a literatura e a arte em geral, ou seja, todas as manifestações simbólicas, que se ampliam constantemente com as novas tecnologias de comunicação, constituem-se linguagem. Uma nova linguagem pode se criar apenas no movimento de transformação da realidade econômica, social e política, mudança que implica a transformação do modo de pensar e de sentir.

Na crítica gramsciana ao pragmatismo, que perpassa os cadernos, um dos pontos relevantes desta filosofia é identificar as palavras com as coisas, enquanto a linguagem é essencialmente a expressão de um modo de ser e de pensar, apresentando uma dimensão ideológica que precisa ser superada para o encaminhamento de um novo projeto social e político. A fragilidade dos vencidos tem como um dos seus

fatores o fato de não possuírem uma narrativa organizada que evidencie suas lutas e interesses de classe. A ordem burguesa, pela sua dimensão ideológica, “se naturaliza, perde sua historicidade, se eterniza, passando a ser vista como o único cenário possível da vida social”, ocultando seu caráter de classe (DIAS, 2012, p.86).

Romper com esta ordem implica permear a luta política com o progressivo domínio dos códigos de leitura da realidade. A linguagem possui uma dimensão política que “requer/permite/interdita, dependendo da relação de forças entre as classes em presença, a obtenção do máximo de consciência de seus projetos” (DIAS, 2012, p. 85). Ao tratar do americanismo e fordismo, Gramsci acentua que as possibilidades de atualizar a concepção de mundo se encontram precisamente no processo de trabalho, a partir do qual se apresentam as condições de formular questões objetivas e superar os limites da ideologia. Estas observações esclarecem a importância da educação no contexto das relações de hegemonia.

Na história, “todas as mudanças do modo de ser e de viver, aconteceram por coerção brutal, ou seja, por meio do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade” e este processo de seleção constitui a “‘educação’ do homem na adaptação aos novos tipos de civilização, ou seja, às novas formas de produção e de trabalho” (GRAMSCI, 1978, p. 2161). Esta educação que acontece no curso da formação das sociedades é sempre coercitiva e o fordismo não foi exceção. Porém, na medida em que isto acontece no processo de trabalho, colocam-se também as condições de resistência das classes trabalhadoras e de formação de uma consciência crítica, base de uma identidade de classe.

Para Gramsci, é no processo de trabalho que as contradições se manifestam: a mecanização do gesto, a fragmentação e simplificação das funções, deixa aberta a senda para a crítica e a reflexão autônoma. Assim como a criança, para aprender a caminhar precisa deixar de observar os pesinhos, a mecanização do gesto e o esquecimento dos pesinhos permite que ela observe o mundo enquanto caminha. O mesmo acontece no processo de trabalho, atuando como processo de educação.

5. Para concluir:

Para finalizar esta abordagem introdutória de leitura do Caderno A, acentuamos que as questões levantadas em torno da filosofia e da literatura norte-americanas

implicam explicitar a questão da hegemonia tanto na constituição das relações políticas internas aos Estados quanto nas relações de força nas disputas internacionais. A linguagem, expressa na literatura como na arte em geral, precisa ser entendida em sua historicidade e no seu significado político e ideológico, onde se evidenciam as relações de força que geram e consolidam a hegemonia na formação de consensos.

Na medida em que, no processo de organização política, as classes populares elaboram uma nova concepção de mundo, também renovam e transformam a linguagem, que assume uma importância fundamental na sociedade capitalista a partir das novas formas de apropriação do conhecimento pelo capital. Para formalizar de modo orgânico as ideias e valores implícitos na ação torna-se necessário expressar-se de modo claro e autônomo, para não sucumbir ao reformismo ou cair no que Dias (2012) denomina capitulação ideológica.

A reciprocidade e interrelação entre economia, política e cultura encontram expressão na literatura. Assim como a literatura pode expressar o modo de ser e viver de uma sociedade, as mudanças “das estruturas sociais, com as suas consequências culturais, etc., são a linguagem com a qual se expressam os revolucionários. Lenin, de certo modo, deixou escrito um grande poema de ação” (PASOLINI, 1995, p. 200).

Os Cadernos do Cárcere, no seu conjunto, articulam os temas esparsos no Caderno 1, como um grande projeto de estudos sobre a sociedade capitalista e suas relações de força, de modo que se pode presumir que o tema de fundo que norteia a tradução da Revista alemã é entender as relações de hegemonia que se esboçam na questão do americanismo-fordismo abordada já no Caderno 1: as possibilidades de superar, na produção cultural norte-americana, o empirismo-pragmatismo pela elaboração de um novo naturalismo fundado no realismo francês servem como motivo para pensar a grande disputa pelo poder internacional que move América do Norte e Europa e que tem como base as mudanças estruturais no modo de produção na implantação da nova fase do industrialismo e suas possibilidades de estender-se pela Europa.

A “Europa reage contrapondo à ‘vertigem’ da América do Norte as suas tradições de cultura”. Essa “é a reação da ‘situação’ europeia à ‘situação’ americana”. Sem as condições preliminares exigidas, como a racionalização da população, ou seja, o envolvimento de todos no processo produtivo, o americanismo fica inviável. A “tradição” europeia se caracteriza pela existência de classes “parasitárias”, como o

clero, os latifundiários e os intelectuais. Estas não existem na América do Norte: “esta é uma das razões da formidável acumulação de capitais”. As bases históricas foram as condições preliminares que permitiram racionalizar a produção e implementar o americanismo, na combinação “da força (destruição do sindicalismo) com a persuasão (salários e outros benefícios), para colocar toda a vida do país na base da indústria” (GRAMSCI, 1978, p. 70).

A análise das características deste novo capitalismo de base industrial e seus desdobramentos ideológicos começam a se esboçar no Caderno 1 e são retomados no Caderno 22. Embora o conceito de hegemonia se construa ao longo dos Cadernos, o interesse de Gramsci pela literatura norte-americana já anuncia este conceito na análise das relações de força e na dimensão da literatura enquanto formadora de um modo de pensar. As articulações entre a literatura, e o domínio econômico e político já estão implícitos nos primeiros escritos e se explicitam no curso dos Cadernos, no modo como se articulam economia, política e cultura.

A partir da abordagem introdutória do Caderno A de tradução, tentamos salientar a importância do processo educativo e sua dimensão política. Da perspectiva gramsciana, para os trabalhadores a educação tem uma dimensão política fundamental e consiste no processo de formação de uma concepção crítica e histórica da realidade, por meio da qual alcancem a formação de uma identidade de classe.

A educação permeia e se efetiva na luta de classes, nas relações de força pelas quais a consolidação e manutenção da hegemonia passa pela formação de um pensamento homogêneo, ou seja, para que a dominação se concretize e se expanda faz-se necessário que os subalternos “pensem, ajam e vivam no interior do modo de vida dos dominantes, de suas normas e instituições” (DIAS, 2012, p. 133). Romper com este círculo vicioso de vida nos limites da ordem do capital implica uma ação política que transforme o modo de pensar e crie as possibilidades de uma nova história, a partir da formação de um novo costume e uma nova linguagem no processo de construção de um projeto social e político alternativo. Esta é a perspectiva de uma educação emancipadora, a ser gerada na luta política: o “programa de educação do proletariado deve ser formulado e efetivado por órgãos que o próprio proletariado constituiu em defesa de seus próprios interesses”. O problema da educação é “um problema de classe e só pode ser resolvido do ponto de vista de classe”, uma questão

fundamental e decisiva para a instituição de uma nova era. (GRAMSCI, 1980, p. 643).

Referências:

BARATTA, Giorgio. **Le rose e i quaderni** – Saggio sul pensiero di Antonio Gramsci. Roma: Gamberetti, 2000.

COSPITO, Giuseppe. Introduzione. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. (Edizione critica diretta da Gianni Francioni) Roma: Fondazione Istituto Gramsci/Istituto della enciclopédia Italiana. *Quaderni di Traduzioni* (1929-1932), 2007, v. 1.

FRANCIONI, Gianni. Nota al testo. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. (Edizione critica diretta da Gianni Francioni) Roma: Fondazione Istituto Gramsci/Istituto della enciclopédia Italiana. *Quaderni di Traduzioni* (1929-1932), 2007, v. 2.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia**. São Paulo: Sundermann, 2012.

FROSINI, Fabio. **Da Gramsci a Marx: ideologia, verità e politica**. Roma: Derive Approdi, 2009.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L & PM, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **L'Ordine Nuovo (1919-1920)**. Torino: Einaudi, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **La Costruzione del Partito Comunista (1923-1926)**, Torino: Einaudi, 1978b.

GRAMSCI, Antonio. **Cronache Torinesi (1913-1917)**, (a cura di Sergio Caprioglio), Torino: Einaudi Editore, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere** (Edizione critica diretta da Gianni Francioni) Roma: Fondazione Istituto Gramsci/Istituto della enciclopédia Italiana. *Quaderni di Traduzioni* (1929-1932), 2007, v. 1 e 2.

LABICA, Georges. **As “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

MORDENTI, Raul. *Gramsci e la rivoluzione necessaria*. Roma : Riuniti, 2007.

MORTON, Adam David. A geopolítica do sistema de Estados e o capitalismo global em questão. *Revista Sociologia e Política*. N. 29, nov. 2007.

PASOLINI, Pier-Paolo. *Empirismo eretico*. Milano :Garzanti, 1995.

STIPCEVIC, Niksa. *Gramsci e i problemi letterari*. Milano: Mursia, 1981.

TOSEL, André. Forza e limiti della filosofia della prassi. In: BARATTA, Giorgio e LIGUORI, Guido (Orgs.) *Gramsci da un secolo all'altro*. Roma: Riuniti, 1999, p. 141-159.